

Endividados começam reunião no Uruguai

FRANCISCO OLIVEIRA
Enviado especial

PUNTA DEL ESTE — Responsáveis pela maior parte da dívida externa de mais de 370 bilhões de dólares da América Latina, representantes de seis dos países integrantes Consenso de Cartagena vão reunir-se de hoje a sábado em Punta del Este, a 120 quilômetros de Montevidéu, para debater especialmente os reflexos da redução dos preços do petróleo e das matérias-primas, duas questões que, de formas variadas, são fundamentais no atual processo de renegociação.

Ministros que chegaram no final da tarde de ontem a este sofisticado balneário uruguaio deixaram claro que não há interesse em confrontação mas que, de outro lado, torna-se necessário que, com urgência, os países credores se conscientizem da necessidade de atender aos pedidos dos devedores, destacadamente no que se refere a admitir uma relação entre o fluxo de pagamentos e as exportações, redução dos juros e *spreads* e manutenção de um fluxo de novos empréstimos que permitam manter o crescimento.

Os países que estarão reunidos — Brasil, Argentina, México, Venezuela e Uruguai como ouvinte — integram o comitê de acompanhamento do processo de refinanciamento da dívida, em nível de Consenso de Cartagena, que tem ainda as participações da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e República Dominicana.

O encontro foi aberto oficialmente às 19h30 de ontem na Intendência de Maldonado, pelo presidente uruguaio, Juan Maria Sanguinetti, com a presença do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Abreu Sodré, e dos outros ministros que, hoje e amanhã, paralelamente, também estarão reunidos em Punta del Este tratando de questões do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio de Contadora, que nos últimos três anos tem procurado formas de viabilizar a paz na América Central.

PERU

Esse encontro ocorre num momento bastante tenso nas relações entre devedores e credores, principalmente após a decisão do Peru de retirar suas reservas dos bancos estrangeiros, congelando-as em seu banco central, temendo represálias pelo fato de decidir pagar, por ano, apenas 10% do saldo de suas exportações, como juros e principal de sua dívida.

O Peru, todavia, não deve ser um exemplo para outros acontecimentos semelhantes. Isso é o que deixaram claro representantes de diversos países, especialmente o chanceler Dante Caputo, da Argentina, que foi apanhado em Buenos Aires por um avião da Força Aérea Uruguaia, depois de um dia de reuniões com o chanceler do México, Bernardo Sepúlveda, e, ao que se comenta, também com o chanceler do Peru, Allan Wagner, encontro esse cujos temas não foram revelados em Punta del Este.

Fontes destacaram que deve ter sido uma reunião de grande importância pois o projeto inicial de Sepúlveda era viajar direto para Punta del Este ou Montevidéu, sem demora maior em Buenos Aires além daquela necessária para a troca de avião. Entretanto, à última hora, foi chamado por Dante Caputo. Foi tão imprevisível que não houve tempo para o embaixador do México no Uruguai ser avisado, e este teve que passar um bom tempo esperando-o no final da manhã no aeroporto de Punta del Este.

"Cada país tem a sua identidade nacional", observou Caputo, ao ser perguntado sobre se a decisão do Peru pode ser seguida por outros países, acrescentando em seguida: "Temos a espe-

rança de que os credores tomem sua parte de responsabilidade nesse tema (negociação de melhores condições), pois aque não têm feito até agora". Falou a seguir: "Estamos em uma situação séria, que requer cuidado, racionalidade de todos, e assim como nós estamos fazendo esforços com nossos programas de ajuste, que todos conhecem, temos assumido responsabilidades que nos tocam, pedimos ao mundo industrializado que assumam essas mesma responsabilidade. Esse tema não deve nos levar à confrontação, mas deve ser equacionado com boa vontade, seriedade e com cuidado".

Paralelamente à reunião dos chanceleres do Grupo de Contadora e do grupo de apoio, as reuniões do Consenso de Cartagena, hoje, envolverão apenas a área técnica, que se concentrará em oito documentos básicos recebidos ontem em Punta del Este, dos quais os mais importantes são os que analisam as consequências da redução dos preços do petróleo e das matérias-primas, questões que, depois das últimas baixas, também criarão o que podem ser sérias divergências em nível de consenso, como já ocorre no Grupo de Contadora.

Ocorre que os diversos países sofrem impactos bem diversos tanto na questão do petróleo como na questão dos preços das matérias-primas. Enquanto o México e a Venezuela são grandes exportadores de petróleo no Continente e estão sofrendo seriamente com a redução nos seus preços, esta mesma redução acaba por favorecer o Brasil, Uruguai e outros países, que são dependentes de importações em grande escala. Já em relação às matérias-primas o Brasil é prejudicado, mas o México, que as importa em quantidade razoável, é ajudado.

Uma importante fonte diplomática não escondia ontem, portanto, sua preocupação diante das divergências que poderão ocorrer, envolvendo principalmente o México. O consenso de Cartagena precisará literalmente negociar um consenso para que reitere as pressões sobre os países credores, justamente num momento em que o México, retomando o processo de renegociação de sua dívida, estaria mais propenso a adotar uma posição meramente retórica e sem novidades do que, a exemplo de outros países, uma posição mais dura, que signifique uma evolução em relação à reunião anterior, realizada em dezembro, em Montevidéu, e que foi encerrada com a advertência de que deveria ser criado um plano de emergência para enfrentar-se o problema da dívida externa da América Latina.

O ministro das Relações Exteriores do México, Bernardo Sepúlveda, ao chegar ontem a Punta Del Este, não quis dar nenhuma informação detalhando qual deverá ser a posição de seu país durante o encontro, que, no sábado, terá a presença dos ministros da Fazenda ou da Economia dos países do grupo de acompanhamento, entre os quais se encontrará o brasileiro Dilsor Funaro. De acordo com Sepúlveda, o México pretende discutir na reunião formas de "aumentar a capacidade de negociação da dívida externa, incluindo a questão do preço do petróleo e das matérias-primas".

A questão do petróleo não integra a chamada Declaração de Cartagena, assinada pelos países signatários em 22 de junho de 1984, que, em um de seus 16 itens, falava apenas da necessidade de uma estabilização nos preços dos produtos de exportação dos países devedores, para que se mantivessem em níveis remunerativos. A ênfase que se pretende dar agora ao problema das novas reduções nos preços das matérias-primas deverá ser, segundo observado, mais forte do que a dada no genérico item da declaração.